

ESTRATÉGIA FAMILIAR DE SOBREVIVÊNCIA.

Educação e Trabalho Feminino na Metrópole Paulistana. 1920-1940.

Ismênia Spínola Silveira Truzzi Tupy

Doutoranda em História Econômica – FFLCH/USP

Nos últimos trinta anos, os estudos sobre a família e, em especial, sobre a família patriarcal, sustentados pela demografia histórica, vêm questionando a visão tradicional sobre a presença feminina na constituição da sociedade brasileira. O recurso às fontes seriais e, dentro delas, aos censos gerais da população, têm demonstrado que, independente de seu status social, econômico e/ou jurídico, as mulheres se fizeram presentes em todas as atividades necessárias à reprodução cotidiana, reivindicando espaço participativo, dentro e fora dos limites de suas famílias.¹ Reconhece-se a ausência de equilíbrio político entre homens e mulheres como responsável pelos estereótipos que dificultam a apreensão do universo feminino, sua natureza e suas identidades.

São inúmeros os exemplos da associação entre gênero e os estudos sobre as mulheres. Sua incorporação aos estudos supracitados possibilitou a decodificação do(s) significado(s) que a cultura outorga entre os sexos e as complexas conexões entre as possíveis formas de interação humana – ser homem ou ser mulher traduz uma forma primária de relação de poder, uma hierarquia de significados. Daí a necessidade de se identificar nas práticas religiosas, educativas, legais e políticas, os conceitos e preceitos normativos do masculino e do feminino, pois é possível previamente inferir que as relações de gênero² estão implícitas em todas as instituições e organizações sociais – na família, nas relações de parentesco, na divisão do trabalho, e, até mesmo, nas práticas cotidianas.

Sua associação aos estudos de demografia histórica, por sua vez, tem trazido à tona alguns questionamentos essenciais a esta disciplina.³ Entre estes, a necessidade de rever, nos recenseamentos gerais da população, os conceitos que permeiam a identificação de suas variáveis primárias, notadamente as relacionadas à mobilidade socioeconômica. Independente de maior ou menor problema de ordem operacional reconhece-se, a priori, que dados sobre “cor”, religião, instrução, população economicamente ativa e chefia de domicílio apresentam distorções que extrapolam os limites de compreensão da(o) recenseada(o). Em um contexto social no qual subsistem persistentes traços patriarcais, bem como preconceitos de gênero, não parece estranho às(aos) recenseadoras(es) e/ou às(aos) recenseadas(os) as identidades substancialmente reduzidas das mulheres brasileiras.

Dito isso e apoiando-se nos números dos recenseamentos gerais da população brasileira, realizados em 1920 e em 1940, pretende-se, neste estudo, levantar os números e as idéias de gênero que perpassam o mundo do trabalho e da educação, na cidade de São Paulo. Associando tais dados ao conceito de modernidade, busca-se identificar estratégias familiares de sobrevivência que, concebidas em função do sexo de seus membros constitutivos, configura na metrópole paulistana um momento de questionamento de valores patriarcais. Sempre que possível, procurar-se-á estabelecer comparações com dados para o Estado de São Paulo e Brasil.

Uma primeira aproximação do IV Recenseamento Geral da População Brasileira, realizado em 1920, permite identificar os quesitos que, na opinião de seus organizadores, foram selecionados de maneira a identificar os avanços e desafios de uma sociedade que se afigurava moderna e que completava o primeiro centenário de sua emancipação política. Tais quesitos explicitavam o nome, o sexo, a idade, o estado civil, a nacionalidade, a profissão, o grau de instrução, a residência e os defeitos físicos (a cegueira e a surdo-mudez) de recenseadas e recenseados, bem como outros dois referentes à situação ou condição no domicílio e ao número de pessoas que tinham a seu cargo. Dados que, na palavra de seus organizadores, deveriam ser coletados pela lista de família devido “ao meio intelectual ainda assaz deficiente dos brasileiros”.⁴

A ênfase em apresentar aos futuros historiadores “o quadro mais formoso da população brasileira” levantou, porém, algumas contradições: ela implicaria na não adoção do boletim individual para a coleta de informações – meio já então reconhecido como mais eficaz em operações censitárias realizadas em outros países –, e numa solução de continuidade quanto às questões essenciais como a “cor” e a religião da população. Se a ausência de quesito sobre a religiosidade pode ser justificada alegando-se a prévia existência de um completo levantamento cultural e sugerindo-se um possível conflito legal com o princípio constitucional de liberdade religiosa, a exclusão de dados sobre a “raça” ou “cor” da população afigurava-se uma questão mais complexa.⁵ Fruto de sua época, a miscigenação da população era apresentada como um fenômeno em extinção graças à eugenia da “raça” branca.

A família constituiu o referencial primário da coleta de informações. Seria dentro dela que se identificariam os indivíduos de ambos os sexos, sua faixa etária, sua nacionalidade, sua situação conjugal, seu grau de instrução e, até mesmo, as atividades econômicas que realizavam. Seria, ainda, para preservá-la que não se deteriam na identificação do vínculo legal das uniões conjugais e nem mesmo distinguiram entre os que exerciam atividades produtivas – esporádicas ou não – as mulheres responsáveis pelo sustento de suas famílias. Cabia à família intermediar as relações entre os indivíduos e a sociedade. E essa família era identificada por fortes matizes patriarcais.

Não obstante terem sido tais práticas coerentes com o aparato legal que negava à mulher brasileira seus direitos elementares ao exercício da cidadania – emancipação política e jurídica –, os

resultados do Censo de 1920 permitem identificar os números da participação feminina no momento imediatamente anterior ao período de transição política, social e econômica que levaria o País ao processo de modernização do Estado, à diversificação agrícola, à industrialização, à urbanização e ao aumento dos movimentos sociais urbanos.⁶ Centralizar a análise nos resultados para a cidade de São Paulo pode oferecer um necessário contraponto à identificação de normas e práticas que, dentro e/ou fora da família, determinavam a trajetória feminina.

Se comparados com os dados do I Recenseamento Geral da População Brasileira, realizado em 1872, observa-se que a população brasileira praticamente triplicara, passando de 9.920.478 para 30.635 habitantes, fornecendo os primeiros indícios de uma tendência de maior crescimento do contingente feminino, tendência esta que se cristalizaria no meio século seguinte. Em termos proporcionais, de 48,40% do total da população, as mulheres representavam então 49,59%. Para o Estado de São Paulo, por sua vez, observa-se que a população crescera mais de cinco vezes – de 680.742 para 4.592.188 habitantes –, e na qual o peso da imigração determinava o maior coeficiente masculino (51,87%). Mas, o dado de maior impacto é, sem dúvida, a enorme concentração populacional da cidade de São Paulo, o que fundamentaria sua descrição como metrópole e pólo de acumulação de riquezas.

Nos últimos cinquenta anos, a capital paulistana evoluíra de 25.557 para 579.033 habitantes, sendo que destes 294.007 eram do sexo masculino e 285.026 do feminino. Observada em função de suas respectivas nacionalidades, o peso da participação de estrangeiros fica evidente, notadamente para os grupos de idade dos 30 anos em diante, no qual constituíam a maioria da população. De fato, 37,35% do contingente masculino era formado por estrangeiros e 33,48% do feminino por mulheres de nacionalidade não brasileira.⁷ Para a população acima dos 10 anos, os solteiros de ambos os sexos representavam quase metade do contingente e entre os viúvos encontravam-se quase três mulheres para cada homem, o que evidentemente confirma a histórica dificuldade de recasamento feminino.⁸

Se comparados com o total do Estado de São Paulo, os dados relativos à presença de estrangeiros indicam que, embora trazidos como substitutos da mão-de-obra escrava para a economia cafeeira, eles haviam refluído da zona rural para a urbana, do interior para a capital onde, dado ao desenvolvimento da indústria, comércio e serviços, concentravam-se maiores oportunidades de subsistência. Informações quanto à instrução indicam, por sua vez, uma evidente disparidade quanto a concentração de alfabetizados: se correspondem a 29,82% para o total do Estado (sendo destes 18,26% homens e 11,57% mulheres), representam 58,32% do total da cidade de São Paulo (respectivamente 32,66% e 25,66%).⁹ Tais dados apontam para uma manifesta preocupação com a educação feminina que, em função dos critérios de seleção e formulação de quesitos, não puderam ser reputados à maciça presença da população estrangeira.

Os dados relativos à discriminação da população por atividades produtivas¹⁰ permitem inferir que, se a atividade econômica que concentrava maior número de contingente era, para o total do Estado, a agricultura e a indústria – com, respectivamente, 19,22% e 4,99% do total da população –, a urbanização da cidade de São Paulo fazia da primeira uma atividade de importância secundária – 2,50% do total.¹¹ Se, no entanto, for considerada a correlação entre o total da população do Estado e o da cidade de São Paulo nos diversos ramos da atividade econômica, observa-se que a agricultura tinha, no segundo caso, um peso ainda menor – 1,64% – o que parece indicar a realização de atividades voltadas para o abastecimento da própria cidade: frutas, ovos e hortaliças, bem como a criação de pequenos animais.

Dando conta, também, da efervescência da cidade de São Paulo, os números indicam que ela concentrava 43,78% do total das atividades industriais, 26,97% dos transportes, 34,88% do comércio, 50,03% da força pública, 37,09% da administração, 36,57% das profissões liberais e 9,49% dos que foram alocados em atividades diversas.¹² Dois outros dados chamam a atenção o pesquisador: o primeiro seria a ausência feminina em atividades ligadas ao exercício de ocupações ligadas à manutenção da ordem e ao controle da população – a força pública. E, em seguida, em números absolutos, o total de mulheres que foram alocadas na categoria atividades diversas (as que viviam de rendas, do serviço doméstico, as que exerciam atividades mal definidas ou as que não declararam ou que não tinham profissão): de 285.026 mulheres, apenas 38.274 ou 13,42% do total do contingente exerciam alguma atividade econômica.

Ao final da década de trinta, a criação do Instituto Nacional de Estatística (1938), posteriormente transformado em Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e a contratação do demógrafo italiano Giorgio Mortara, como consultor técnico da Comissão Censitária Nacional, garantiram as bases científicas para a execução do V Recenseamento Geral da População que, a partir de 1940, adquiriu uma periodicidade decenal. Sob o regime autoritário de Getúlio Vargas, seus números forneceram os subsídios necessários à melhor apreensão dos limites do federalismo republicano e, ao mesmo tempo, explicitaram áreas nas quais a atuação estatal se faria mais oportuna. Ampliou-se a abrangência de quesitos de maior interesse econômico e social que tratariam também de questões relativas à fecundidade, à migração interna e ao mercado de trabalho (mão-de-obra, emprego e desemprego). De seus resultados definiram-se políticas governamentais relativas à constituição da família brasileira e à intermediação entre o capital e o trabalho.

Fruto de estratégia intervencionista do Estado autoritário, sua realização obteve respaldo intelectual na obra *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*¹³, de Fernando de Azevedo que se constitui em marco referencial da simbiose entre intelectuais e o Estado Novo. Elegendo a cultura como matriz interpretativa da realidade brasileira, o autor buscava traçar um quadro do conjunto de nossa cultura e civilização ou “de tudo enfim que constitui um esforço para o

domínio da vida material e liberação do espírito”.¹⁴ Indo mais além identificava na doçura de costumes, respeito à pessoa humana, tolerância e hospitalidade, o espírito da ordem e o culto da paz algumas das características fundamentais de nossa civilização.¹⁵ Essa visão idílica do, então, atual estágio civilizatório brasileiro fundamentava o papel do intelectual e da própria educação reconhecida como o veículo próprio da transmissão de normas e valores que exprimiam a fisionomia espiritual e ética da nação.¹⁶

Não obstante, ainda, evidenciar os fortes matizes patriarcais da sociedade brasileira – ao boletim de família agregam-se dados do boletim individual – foi o maior detalhamento de dados quanto à instrução e à atividade econômica que melhor puderam dar conta, no Censo de 1940, das transformações ocorridas no universo feminino. No primeiro caso, para os grupos de 5 a 39 anos, foram levantados dados quanto a estar o recenseado recebendo ou não instrução; o grau e a espécie de instrução recebida; e o local onde a mesma era administrada. No segundo, para pessoas acima dos 10 anos, além da discriminação por ocupação, procurou-se distinguir se o indivíduo era empregado, empregador ou trabalhador por conta própria. Retomaram-se informações quanto à “cor” e à religião, porém dados quanto à constituição de uniões formais e/ou informais continuaram a não serem explicitados. Preservou-se a noção do *pater familia* e a chefia masculina do domicílio.

Além de quesitos tradicionais – sexo, idade, “cor”, estado conjugal, nacionalidade e naturalidade, língua, religião, instrução, atividade econômica e defeitos físicos – foram aqui agregados dados sobre propriedade imobiliária, seguros privados, seguros sociais, sindicalização, fecundidade e prolicidade, migrações internas, prédios e domicílios. Especialmente, dentre os dados estatísticos e sociais, os referentes à sindicalização traduziam a latente preocupação do Estado com o controle da força de trabalho. A divulgação de seus resultados, porém, não incluiria, detalhados por município, os números completos da educação (estar ou não recebendo instrução, local da instrução, etc.), das ocupações exercidas pela população ativa e/ou qual seria a posição de seus habitantes em cada ocupação.

Os resultados aferidos em 1940 indicam que, enquanto a população do Estado de São Paulo crescera uma vez e meia, nos últimos vinte anos a população da cidade de São Paulo mais do que duplicara. E que, se para o conjunto do Estado, a população masculina era preponderante, na capital paulista acompanhando a média nacional as mulheres predominavam. A exemplo do que ocorrera no passado, a distribuição da população por grupos de idade indica uma maior concentração de crianças e adolescentes – de 0 a 19 anos – no interior do Estado, sugerindo que a cidade de São Paulo constituía um pólo de atração populacional face às maiores oportunidades educativas e de emprego. Excluindo os habitantes da capital, os de origem estrangeira – 3,43% – não se faziam excessivamente presente no interior do Estado. Não obstante representavam, ainda, aproximadamente ¼ dos que residiam na metrópole paulistana. Delimitados por grupos de idade, a

composição da população segundo a nacionalidade indica que, tanto para o conjunto da população paulista, como para a paulistana, o grande impacto do fluxo imigratório havia passado.¹⁷

No que se refere à situação conjugal da população observa-se uma preocupação de melhor definir as uniões ocorridas entre homens e mulheres, aferindo-se o número de separados, desquitados e/ou divorciados. A exemplo do que ocorrera em 1920, os dados não traduzem nenhuma surpresa estatística e continuam a indicar maiores dificuldades de recasamento entre as mulheres. Dos resultados dos totais da instrução, por sua vez, só foram publicados os que, discriminando a nacionalidade, referiam-se ao total da população paulista. Tenham sido brasileiras ou estrangeiras, as mulheres paulistas e paulistanas continuavam em menores números quanto à alfabetização. Verifica-se, porém, que os maiores índices de analfabetismo eram encontrados no interior do Estado.¹⁸

Comparar os dados das atividades econômicas realizadas no Estado com os números da capital confirma inúmeras afirmativas sobre o dinamismo da metrópole paulistana. Se em razão de sua pujança econômica, a agricultura, concentrava-se, como era de se esperar, no interior do Estado, as atividades ligadas ao crédito, ao comércio e à indústria eram predominantes na capital. Coerente com a existência de uma necessária rede burocrática para o exercício de poder do Estado, na capital também se reunia maior número de profissionais liberais, de funcionários públicos, da justiça e da segurança pública. Uma maior concentração proporcional de pessoas que exerciam atividades discentes no ensino público e privado, por sua vez, pode indicar que a cidade de São Paulo era o principal foco irradiador da transmissão da cultura e educação.¹⁹

Por ramos de atividades, quatro seriam os que agregam um maior contingente feminino: a indústria de transformação, as atividades domésticas e escolares, o comércio de mercadorias e a administração pública, a justiça e o ensino público. Por esses dados infere-se que as mulheres teriam continuado a exercer ocupações em setores tradicionais: na indústria têxtil, no ensino público e privado, no comércio e no interior do domicílio. Nota-se, embora pouco expressivos, os primeiros registros de sua participação em atividades ligadas à defesa nacional e à segurança pública. O que mais chama a atenção, no entanto, é a aparente inversão, por sexo, entre trabalhadores ativos e inativos: ao serem consideradas como produtivas as atividades realizadas no interior do domicílio, os homens suplantam as mulheres entre os que foram discriminados como não realizando uma atividade produtiva.

Da análise dos dados populacionais dos Censos Populacionais, de 1920 e 1940, constata-se que, levantados no contexto da família, poucos são os indicadores que permitem, especificamente, aferir os avanços e recuos da condição feminina. Observa-se que não existe, por parte de seus organizadores, nenhuma atenção especial às possíveis diferenças de condição – social, cultural e política – entre os sexos. O avanço nos números da educação feminina não torna claro que a mulher

continuará a ser educada para melhor exercer sua função precípua e natural – o ser mãe e ser esposa. Na própria seleção das ocupações aferidas, constata-se que, como o trabalho feminino era previamente entendido como extensão das atividades realizadas dentro do domicílio, a participação feminina é subestimada por organizadores, recenseadores e recenseados(as). Suas atividades são vistas como esporádicas e complementares ao orçamento familiar. Não obstante essas ressalvas, a análise dos dados aqui apresentados permite confirmar a tese de que a urbanização – face às maiores oportunidades educativas e de trabalho que oferece - constitui um dos principais fatores para a saída feminina do domicílio. E, o que talvez seja, ainda, mais importante: permite a constituição de extensa rede de vizinhança e solidariedade que viabiliza incontáveis formas de sobrevivência feminina.

Bibliografia

IV Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920 (Censo da População).

V Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de julho de 1940 (Censo da População).

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. (org). *São Paulo do Passado: Dados Demográficos – 1920*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999. (mimeo).

CANO, Wilson. *Transformações da Economia e Repercussões no Mercado de Trabalho: Roteiro para uma investigação histórica (1920-1986)*. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, V, 1986, Águas de São Pedro (SP), *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 1986, P. 877/88.

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. In *Papeles de Población*. Nueva Época (21). Toluca: UAEM, julio-septiembre de 1999, p. 147/78.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-modernista*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 2002.

MATOS, Maria Izilda S. de & SOLER, Maria Angélica (orgs.). *Gênero em Debate. Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

OJEDA DE LA PEÑA, Norma. Acerca del género en la demografía mexicana. In *Papeles de Población*. Nueva Época (21). Toluca: UAEM, julio-septiembre de 1999, p. 179/97.

SAMARA, Eni de Mesquita *História da Família no Brasil: bibliografia comentada*. Série Fontes de Pesquisa. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998.

_____. Mudanças econômicas, gênero e família no Brasil (1836-1996). In *População e Sociedade*. Porto: CEPFAM, v. 4, 1998, p. 43-58.

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In *Mulher e realidade: Mulher e educação*. Porto Alegre, 16(2), jul./dec., 1990.

TERUYA, Marisa Tayra. A Família na Historiografia Brasileira. Bases e Perspectivas Teóricas. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XII, 2000, CAXAMBU(MG), *Anais*. Belo Horizonte(MG): ABEP, 2000.

TUPY, Ismênia S. S. T. Resistência ou Transformação? Os números da educação feminina nos recenseamentos gerais da população. Estado de São Paulo. 1940-1970. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, 2002, OURO PRETO (MG), *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 2002.

_____. Gênero e Demografia Histórica: a presença feminina nos Recenseamentos Gerais da População Brasileira. 1920-1940. In *População e Família*, 4. São Paulo: CEDHAL/USP, 2003.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

¹ Não se pretende promover um balanço historiográfico sobre a extensa e pluralista produção acadêmica sobre o estudo da família brasileira, do qual derivam inúmeros trabalhos sobre a mulher e, nem mesmo, dos que surgiram sem tornar explícita essa correlação. Para uma melhor compreensão da interdependência entre família, mulher e demografia histórica, ver, entre os mais recentes: SAMARA, Eni de Mesquita *História da Família no Brasil: bibliografia comentada*. Série Fontes de Pesquisa. São Paulo: CEDHAL/USP, 1998; e TERUYA, Marisa Tayra. A Família na Historiografia Brasileira. Bases e Perspectivas Teóricas. In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XII, 2000, CAXAMBU(MG), *Anais*. Belo Horizonte(MG): ABEP, 2000.

² Os estudos de gênero entre pesquisadoras(es) brasileiras(os) encontram fundamentação teórica em Joan Scott. A repercussão de seu trabalho na historiografia brasileira pode ser aferida, entre outros, em MATOS, Maria Izilda S. de & SOLER, Maria Angélica (orgs.). *Gênero em Debate. Trajetórias e Perspectivas na Historiografia Contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. Para o estudo de suas idéias pioneiras, ver: SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In *Mulher e realidade: Mulher e educação*. Porto Alegre, 16(2), jul./dec., 1990.

³ Ver, dentre outros: LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. In *Papeles de Población*. Nueva Época (21). Toluca: UAEM, julio-septiembre de 1999, p. 147/78; OJEDA DE LA PEÑA, Norma. Acerca del género en la demografía mexicana. In *Papeles de Población*. Nueva Época (21). Toluca: UAEM, julio-septiembre de 1999, p. 179/97.

⁴ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral da Estatística. Recenseamento do Brasil. Realizado em 1º de setembro de 1920. Vol. I. *Introdução*. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, p. 488.

⁵ Para o segundo caso, essa exclusão se justificaria por serem os mestiços muitos numerosos no território brasileiro e serem refratários a declarações inerentes à “cor” originária da “raça” a que pertenciam. E, ainda, por reconhecer-se que “...não existindo característicos nitidamente definidos em que se possa assentar a observação comum da estatística, não passam os arrolamentos e as classificações de meras conjunturas, oferecendo por isso fundamento falho ao nosso raciocínio”. Idem, p. 448/9.

⁶ Ver CANO, Wilson. Transformações da Economia e Repercussões no Mercado de Trabalho: Roteiro para uma investigação histórica (1920-1986). In ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, V, 1986, Águas de São Pedro (SP), *Anais*. Belo Horizonte: ABEP, 1986, p. 879.

⁷ Ver BASSANEZI, Maria Silvia (org.). São Paulo do Passado. Dados Demográficos – 1920. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999, p. 148 e 153.

⁸ Idem, p. 242 e 249.

⁹ Idem, p. 318 e 329.

¹⁰ Desconsiderados os dados relativos às ocupações diversas que, na concepção dos próprios organizadores do Censo de 1920 eram consideradas como mal definidas ou não declaradas.

¹¹ BASSANEZI. Opus cit., p. 389, 390, 434 e 435.

¹² Percentual calculado pelo total geral por ramos de atividades da cidade de São Paulo pelo total geral, discriminado por ocupação e ramos de atividade do Estado de São Paulo. Exemplo: as 14.500 pessoas alocadas nas atividades agrícolas na cidade de São Paulo correspondem a 1,64% das 882.559 pessoas deste mesmo ramo de atividade para o Estado de São Paulo.

¹³ Todas as referências à Introdução do Recenseamento de 1940 – A Cultura Brasileira, de Fernando de Azevedo – baseiam-se na 4ª edição desta obra, publicada em 1964. Ver AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. São Paulo. Melhoramentos, 1964.

¹⁴ Opus cit., p. 21.

¹⁵ Idem, p. 48.

¹⁶ Idem, p. 45.

¹⁷ IBGE, Recenseamento Geral do Brasil (1º de setembro de 1940). Série Regional. Parte XVII – São Paulo. *Censo Demográfico. População e Habitação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1950, p. 1,2,472,473.

¹⁸ Idem, p. 242 e 249.

¹⁹ Idem, p. 15 e 472.